



Demonstrações Financeiras

BANCO AGIBANK S.A.
CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

f.lopes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Contábeis relativas ao período de 31/12/2025 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2025 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Campinas, 24 de março de 2026. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivos	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	4	325.599	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	10	33.634.049
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5.1	3.450.748	Depósitos de clientes à vista		347.763
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	5.2	41.066.501	Depósitos de clientes a prazo		22.265.309
Aplicações interfinanceiras de liquidez		525.986	Depósitos interfinanceiros		93.800
Títulos e valores mobiliários		7.630.174	Empréstimos no exterior		667.089
Operações com característica de concessão de crédito		93.041	Relações Interfinanceiras		78.774
Operações de crédito		34.554.470	Recursos de aceites e emissão de títulos		6.170.529
Depósito compulsório com Banco Central		660.772	Instrumentos de dívida elegíveis a capital		759.339
(-) Provisão por perda esperada associadas ao risco de crédito	5.2f	(2.397.942)	Carteira própria de captações no mercado		3.251.446
Relações Interfinanceiras		123.290	Negociação e intermediação de valores		448
Impostos a recuperar	6	2.508	Instrumentos Financeiros Derivativos		115.077
Créditos tributários	22	1.106.746	Provisões	14	278.386
Outros ativos	7	867.651	Outros passivos	12	678.298
Devedores Diversos		539.333	Obrigações vinculadas a cessão	13	10.759.034
Despesas Antecipadas		328.318	Fiscais e previdenciárias	11	140.011
Imobilizado de uso	9	26.497	Total do passivo		45.605.303
Intangíveis	9	180.876	Patrimônio Líquido		
Investimento e participação em controladas	8	1.718.848	Capital Social	15	2.281.978
			Reservas		983.093
			Outros resultados abrangentes		(1.110)
			Total do patrimônio líquido		3.263.961
Total do ativo		48.869.264	Total do passivo e patrimônio líquido		48.869.264

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Capital Social			Reserva de lucro					Outros Result. Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Aumento de Capital	Redução de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Incentivos Fiscais	Dividen. não distrib.	Outros Result. Abrangentes			
Saldos em 1º de julho de 2025	2.246.174	-	(18.069)	2.805	53.875	563.137	16.305	37.252	(3.590)	-	2.897.889
Aumento de capital conforme - AGE 27/10/2024 - aprovado em 21/11/2025	53.873	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.873
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	2.480	-	2.480
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	443.234	443.234
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(443.234)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.515)
Subtotal	53.873	-	-	-	-	-	-	-	-	-	366.072
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.300.047	-	(18.069)	2.805	76.038	591.345	16.305	296.600	(1.110)	-	3.263.961
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.099.243	1.146.931	(18.069)	2.805	21.438	361.279	16.305	37.252	52.575	-	2.719.759
Aumento de capital conforme - AGE 28/06/24 - aprovado em 08/01/25	95.225	(95.225)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme - AGE 30/09/24 - aprovado em 09/01/25	651.706	(651.706)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme - AGE 27/12/24 - aprovado em 31/01/25	400.000	(400.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme - AGE 27/10/2024 - aprovado em 21/11/2025	53.873	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.873
Ajuste MTM - Instrumentos financeiros mensurados ao VJORA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.686)	(53.686)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.091.991	1.091.991
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.091.991)	-
Ajustes Iniciais Res. 4.966/21, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(310.650)	-	-	-	-	(310.650)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(237.327)	-	-	-	-	(237.327)
Total	1.200.804	(1.146.931)	-	-	54.600	230.066	-	259.348	(53.685)	-	544.202
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.300.047	-	(18.069)	2.805	76.038	591.345	16.305	296.600	(1.110)	-	3.263.961

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Agibank S.A. ("Banco" ou "Agibank"), é originado da transferência do controle acionário dos antigos acionistas do Banco Gerador S.A. para a sua antiga controladora Agipar Holding S.A., de acordo com o contrato de compra e venda e outras avenças firmado entre as partes em 2 de maio de 2016 e aprovado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, juntamente com o plano de negócios para continuidade das operações do Banco, em 26 de julho de 2016. Em 16 de agosto de 2016, foi alterada a denominação social de Banco Gerador S.A. para Banco Agiplan S.A. e em 10 de janeiro de 2018, com homologação pelo BACEN em 24 de janeiro de 2018, o Banco passou a ser denominado Banco Agibank S.A. O Banco atua como banco comercial e opera com operações de crédito pessoal, crédito consignado, cartão de crédito e cartão de crédito consignado, bem como captação em depósitos à vista e a prazo e, desde 05 de abril de 2021, sua sede está localizada à Rua Sérgio Fernandes Borges Soares, nº 1.000, Prédio 12 E-1, Distrito Industrial, na cidade de Campinas - SP.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e normas estabelecidas pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e BCB nº 02 de 12/08/2020, com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00(R2), CPC 01(R1), CPC 02(R2), CPC 03(R2), CPC 04(R1), CPC 05(R1), CPC 06(R2), CPC 10(R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 27, CPC 33(R1), CPC 41, CPC 46 aprovados pelo BACEN. Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48. Como principal impacto, a Resolução CMN nº 4.966/21 alterou a Resolução CMN nº 2.682/99, que definia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa através do conceito da perda incorrida. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352/23 define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros. Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários. Seguindo as diretrizes do artigo 79 da Resolução 4.966/21, durante o exercício de 2025 não serão apresentadas as demonstrações financeiras para fins comparativos aos períodos anteriores. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A partir de 01 de janeiro de 2024, o Banco Agibank passou a ser enquadrado no segmento prudencial S3, que contempla as instituições financeiras e conglomerados cujo porte, medido pela razão da exposição total ou do ativo total em relação ao PIB - Produto Interno Bruto, varia de 0,1% a 1%. A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2026.

3. DESCRIÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação de ativos financeiros, as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. b) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade ou pessoa física. (i) **Reconhecimento inicial:** Um ativo ou passivo financeiro, exceto "Operações de Crédito" e "Depósitos à vista e a prazo", é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, o que geralmente ocorre na data da negociação. **Mensuração inicial de instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu valor justo e, exceto no caso de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados ou subtraídos a esse valor. (ii) **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros:**

Os instrumentos financeiros, com base no modelo de negócios utilizado pelo Banco na gestão de seus instrumentos e no Teste SPPI (sigla do teste *Solely Payments of Principal and Interest* nos parâmetros da Resolução 352/23), são mensurados: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). a. Modelo de negócio: O Banco avalia qual o modelo de negócio esperado para o instrumento. Os resultados do modelo de negócio, incluindo os ativos financeiros que pertencem a esse modelo, assim como riscos que podem afetar sua rentabilidade, seu desempenho e a base de remuneração do capital, são avaliados e apresentados ao Comitê de Ativos e Passivos ("ALCO"), de acordo com o estabelecido na Política de Gerenciamento de Ativos e Passivos ("ALM"). b. Teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*): Como segunda etapa do processo de classificação, o Banco avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se eles possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo aos critérios do teste SPPI. "Principal", para este teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo de sua vida útil (por exemplo, se houver pagamentos de principal). Os elementos mais significativos de interesse em um contrato de empréstimo básico são a consideração pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste SPPI, o Banco faz julgamento e considera alguns fatores relevantes, como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período para o qual a taxa de juros é definida. Em contraste, os termos contratuais que introduzem uma exposição significativa a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não estão relacionados a um contrato de empréstimo básico não dão origem a fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro que não seja mensurado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, será mensurado pelo custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: - Mantém-se dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é deter ativos para obter fluxos de caixa contratuais; e - Os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado é o valor pelo qual um ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos as amortizações do principal, mais (ou menos) a amortização acumulada pelo método da taxa de juros efetiva, ajustado pela sua respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e/ou custos de transação, prêmios ou descontos diretamente relacionados ao instrumento em questão. Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver derivativos nas posições passivas, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Instrumento é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Representam os demais ativos que não se enquadram nas categorias anteriores, pelo seu reconhecimento inicial, ou que estejam em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro, ou com fluxos de caixa futuros contratualmente previstos que não se constituam exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. No reconhecimento inicial de um ativo, é possível optar, de forma irrevogável, por classificar na categoria Valor Justo no Resultado (VJR), com a finalidade de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos durante a sua vida. (iii) Hierarquia do valor justo mensurado: Segundo a Resolução 4.966/21, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: - Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, futuros e ações de fundos de investimento com liquidez imediata. - Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais o menor nível de informação e mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balanço e cotas de fundos de investimento sem liquidez imediata. - Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais o nível mais baixo de informação e mensuração do valor justo não está disponível. A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração está divulgada nas notas 5.1 e 5.2. (iv) **Reclassificação de instrumentos financeiros:** Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros são reclassificados de forma prospectiva, no primeiro

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre	31/12/2025
Receita da intermediação financeira		5.574.218	10.112.060
Operações de crédito	16	4.657.944	8.722.202
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		331.788	360.889
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		610.642	1.317.189
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(26.156)	(288.220)
Despesas da intermediação financeira		(3.140.297)	(5.281.344)
Despesas de captação no mercado		(2.157.509)	(3.857.760)
Operações de empréstimos e repasses		(62.451)	(81.155)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(920.337)	(1.342.429)
Resultado da intermediação financeira		2.433.921	4.830.716
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.2 d	(1.076.066)	(1.889.018)
Operações de crédito		(1.076.066)	(1.889.018)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.357.855	2.941.698
Outras receitas/(despesas) operacionais		(994.150)	(1.877.422)
Receitas de prestação de serviços	17	8.410	19.323
Rendas de tarifas bancárias	18	62.029	105.990
Despesas de pessoal	19	(81.462)	(144.527)
Despesas administrativas	20	(1.030.236)	(2.080.931)
Despesas de provisões	20	(32.347)	(167.459)
Despesas tributárias	21	(122.615)	(230.655)
Resultado de participações em coligadas e controladas		258.746	711.855
Outras receitas/despesas operacionais		(56.675)	(91.018)
Resultado antes da tributação		363.705	1.064.276
Imposto de renda e contribuição social		72.330	27.715
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(290.647)	(353.478)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	362.977	381.193
Participações no resultado		7.199	-
Lucro líquido do semestre/exercício		443.234	1.091.991
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		817.791	832.841
Lucro líquido básico ou diluído por ação - R\$		0,5420	1,3112

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	443.234	1.091.991
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado	2.480	(53.685)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de	-	1
Outros Resultados Abrangentes	-	1
Varição a valor de mercado	-	1
Hedge	2.480	(53.686)
Hedge de fluxo de caixa	4.510	(97.611)
Efeitos fiscais	(2.030)	43.925
Total do resultado abrangente do exercício	445.714	1.038.306

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da tributação e participações	363.705	1.064.276
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercício		
com o caixa gerado pelas atividades operacionais	367.774	234.008
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.076.066	1.889.018
Depreciação e amortização	63.022	121.111
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	32.408	167.459
Resultado de títulos e valores mobiliários	(610.642)	(1.317.189)
Resultado de equivalência patrimonial	(258.746)	(711.855)
Varição cambial sobre empréstimo no exterior	14.688	17.983
Juros sobre empréstimo no exterior	47.763	31.772
Baixa de bens de uso próprio/intangível	3.215	4.309
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(8.990.515)	(19.095.026)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(3.840.276)	(6.556.377)
Relações interfinanceiras	71.550	(560.302)
Operações de crédito	(5.430.028)	(11.760.245)
Devedores diversos	(274.848)	(228.241)
Ativos fiscais correntes e diferidos	483.087	10.439
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	9.099.825	17.770.888
Depósitos	883.141	5.108.790
Recursos de aceites e emissão de títulos	658.211	2.914.544
Relações interfinanceiras	(13.964)	(34.355)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.047)	9.261
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	262.831	237.056
Outros passivos	520.073	54.219
Negociação e intermediação de valores	(11.114)	448
Carteira própria de captações no mercado	3.243.170	3.245.225
Empréstimos no exterior	157.752	353.904
Obrigações vinculadas a cessão	3.839.680	6.298.992
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(183.713)	(18.659)
Provisões para passivos cíveis e trabalhistas	(90.728)	(162.548)
Imposto de renda e		

...continuação

BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

h) **Aquisição de operação de crédito:** O Banco possui contratos de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios junto à instituição financeira, tendo o Banco como adquirente e a contraparte como vendedora. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das operações de crédito adquiridas era R\$ 5.420.480 e o prêmio pago na aquisição das operações de crédito, líquido da amortização do período era de R\$ 562.892, conforme demonstrado na nota 5.2(a). **Cessões de crédito:** i) *Cessões de crédito - com retenção substancial de risco e benefícios:* As operações de cessão de créditos são classificadas como envolvendo retenção substancial de riscos e benefícios quando a instituição cedente mantém uma coobrigação ou adquire cotas subordinadas dos fundos de securitização. Os ativos transferidos são compostos, principalmente, por recebíveis de empréstimos consignados originados pelo Banco, com fluxos de caixa contratuais fixos e prazos de vencimento definidos. Nesses casos, os recebíveis cedidos permanecem registrados como ativos da instituição cedente, e os recursos recebidos são reconhecidos como ativos com a correspondente obrigação, conforme a natureza do passivo assumido. O Banco mantém exposição a substancialmente todos os riscos e benefícios associados aos recebíveis transferidos, incluindo risco de crédito (inadimplência do tomador), risco de pré-pagamento e variação dos fluxos de caixa contratuais, seja por meio de contratos de coobrigação ou pela detenção de cotas subordinadas que absorvem as primeiras perdas. As receitas e despesas relacionadas aos recebíveis cedidos são reconhecidas no resultado ao longo do prazo remanescente das operações. Os passivos associados representam a obrigação contratual de repagar os recursos obtidos em conexão com as operações de cessão de crédito e estão economicamente vinculados aos fluxos de caixa gerados pelos recebíveis transferidos. Os recebíveis transferidos são contratualmente dados em garantia dos passivos associados e estão sujeitos a restrições de uso, de forma que não estão disponíveis para venda ou nova vinculação livre pelo Banco. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco realizou operações de cessão de créditos consignados com substancial retenção de riscos e benefícios para (i) Vert-9 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Vert-5 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (ambas partes não relacionadas), Opea - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Como o Banco continua reconhecendo integralmente os recebíveis transferidos, os valores apresentados abaixo correspondem aos montantes contábeis dos ativos transferidos e dos passivos associados reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025:

Cessão com retenção substancial de risco e benefícios (nota 13)	Operações		Obrigações	
	Cedidas	Assumidas	Cedidas	Assumidas
Vert-9	3.380.198	3.364.206		
Vert-5	716.232	748.641		
OPEA-XP	4.269.547	4.270.668		
Total	8.365.977	8.383.515		

O Banco possui operações de cessão de créditos pessoais consignados para o Fundo de Investimento de Direitos Creditórios Agibank I Responsabilidade Limitada, com retenção substancial de riscos e benefícios. As operações envolvem a transferência de direitos creditórios ao Fundo, mantendo no Banco o risco de crédito. O valor total das operações cedidas e das obrigações assumidas em 31 de dezembro de 2025 são:

Cessão com coobrigação FIDC	Operações		Obrigações	
	Cedidas FIDC	Assumidas FIDC	Cedidas FIDC	Assumidas FIDC
Crédito pessoal consignado:				
Com coobrigação - valor presente	2.395.947	2.375.519		
Total	2.395.947	2.375.519		

l) **Contratos em garantia:** Em 31 de dezembro de 2025, operações de crédito no montante de R\$ 3.693.820 estavam vinculadas a garantias dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEII) (nota 10 - Depósitos de clientes a prazo) junto ao FGC - Fundo Garantidor de Crédito. Na mesma data, o montante de operações de crédito no valor de R\$ 530.513 estava vinculado às garantias do contrato de empréstimo com compromisso de investimento firmado com a *International Finance Corporation* (IFC), denominado *Social Financing Loan* (nota 10 - Empréstimos no Exterior). **Instrumentos financeiros derivativos - Hedge:** Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía estrutura de proteção classificada como hedge de fluxo de caixa, cujo objeto de proteção correspondia a captações pós-fixadas, indexadas à inflação (IPCA), onde os instrumentos de hedge correspondiam a contratos de swap. Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado ao hedge de fluxo de caixa com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. Com isso, os ajustes de marcação a mercado dos instrumentos de hedge, anteriormente reconhecidos no resultado financeiro antes de sua designação como instrumento de hedge, passam a ser acumulados no patrimônio líquido e transitam ao resultado no mesmo período e grupo contábil do reconhecimento da operação objeto do hedge. A parcela não efetiva do hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. Ainda como estratégia de proteção, em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía cinco estruturas de hedge de risco de mercado (valor justo). Na primeira estrutura, o objeto de proteção é proveniente de parcelas de créditos consignados prefixados, sendo os instrumentos de hedge contratos de swap e contratos futuros de DI. Na segunda estrutura, o objeto de proteção é proveniente de uma captação em dólar, sendo o instrumento de hedge contrato de swap. Na terceira estrutura, o objeto de proteção é proveniente de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) prefixados e pós-fixados indexados ao IPCA, que compõem a carteira passiva da empresa, sendo os instrumentos de hedge contratos de swap e contratos futuros de DI. Na quarta estrutura, o Banco realizou uma operação de hedge accounting com o objetivo de mitigar os riscos de variação cambial associados a investimentos em títulos mexicanos denominados em pesos mexicanos (MXN). Para essa finalidade, foi utilizado um instrumento derivativo do tipo Non-Deliverable Forward (NDF), estruturado para proteger contra oscilações adversas na taxa de câmbio entre o real brasileiro (BRL) e o peso mexicano (MXN). Por sua vez, a quinta estrutura de hedge de valor justo tem como objeto de proteção investimentos em títulos do governo espanhol valorizados a uma taxa prefixada e denominados em reais, sendo utilizado como instrumento de hedge um swap de taxa DI contra taxa prefixada, visando mitigar os riscos de variação da taxa de juros associados ao título. Os ativos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados ao hedge de risco de mercado são contabilizados pelo valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer ineficácia é reconhecida no resultado como a diferença entre a alteração no valor justo. O monitoramento da efetividade do hedge, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada estrutura de hedge está dentro do intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082/02, do BACEN. **i) Política de utilização:** O Banco contrata operações de hedge para eliminar ou reduzir riscos associados à variação de preços de algumas variáveis cujas oscilações, eventualmente, possam causar forte impacto no valor da empresa. A política de utilização dessas operações define o processo de hedge, do risco de fluxo de caixa e da variação das taxas de juros e da inflação, visando garantir a liquidez adequada, observando as regras dispostas no Normativo de Gerenciamento do Risco de Mercado e IRRBB e em atendimento à regulamentação vigente de exposição ao risco. Todas as operações de hedge são avaliadas e aprovadas pela diretoria competente, ou mesmo em comitê responsável (ALCO). **ii) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos padronizados e instituídos em políticas corporativas, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. A alocação dos recursos disponíveis do Banco e empresas controladas é feita sempre visando mitigar a exposição ao risco de mercado e a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos índices, dos preços de ações e dos preços de mercadorias. **iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:** O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado com base em taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. As premissas utilizadas para cálculo do valor de mercado dos objetos de hedge são também as taxas referenciais dos derivativos utilizados como instrumento de hedge, divulgadas pela B3. **iv) Valores agrupados por ativo, indexador de referência, contraparte, local de negociação (bolsa ou balcão) e faixas de vencimento, destacados os valores de referência, de custo, de mercado e em risco da carteira:**

Hedge de IPCA	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
CDB pós-fixados - IPCA	488	544	(2)	542
Instrumento de Hedge				
Swap (a) (Ponta ativa) (b)	489	(19)	(1)	(19)

(a) Contratos de Swaps negociados em mercado balcão, registrados na B3 com maior vencimento em fevereiro de 2026. (b) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo.

Hedge de Risco de Mercado - Risco de Taxa Juros pré-fixadas	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
Parcelas crédito Consignado (c)	15.206.925	16.823.165	(86.302)	16.736.862
Instrumento de Hedge				
Swap (d) (Ponta Passiva) (e)	15.205.761	16.821.832	(86.266)	16.735.566

(c) O relacionamento dos hedges está formalizado em memorando, onde contemplam parcelas de contratos consignados com vencimentos dentro do vértice ou considerando sua duration, onde seus valores se aproximam do notional de cada vencimento do derivativo. (d) Contratos de swaps negociados em mercado balcão, registrados na B3, com maior vencimento em outubro de 2030. (e) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos swaps é de R\$ 241.504 a receber.

Hedge de Risco de Mercado - PRE x IPCA	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
Parcelas crédito Consignado (f)	1.434.166	1.534.071	16.766	1.550.837
Instrumento de Hedge				
Swap (g) (Ponta Passiva) (h)	1.433.850	1.533.712	16.755	1.550.467

(f) O relacionamento dos hedges está formalizado em memorando, onde contemplam parcelas de contratos consignados com vencimentos dentro do vértice ou considerando sua duration, onde seus valores se aproximam do notional de cada vencimento do derivativo. (g) Contratos de swaps negociados em mercado balcão, registrados na B3, com maior vencimento em dezembro de 2029. (h) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos swaps é de R\$ 33.284 a pagar.

Hedge de Risco de Mercado - Moeda	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
Captação no exterior (dólar) (i)	214.205	211.902	(563)	211.339
Instrumento de Hedge				
Swap (j) (Ponta Ativa) (k)	214.205	211.902	(563)	211.339

(i) O relacionamento do hedge está formalizado em memorando, onde contempla a captação em dólar no exterior. (j) Contrato de swap negociado em mercado balcão, registrados na B3, com vencimento em março de 2026. (k) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos swaps é de R\$ 8.570 a pagar.

Hedge de Risco de Mercado - IPCA x DI	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
CDB pós-fixados - IPCA	2.466.353	2.607.784	(11.099)	2.596.685
Instrumento de Hedge				
Swap (l) (Ponta Ativa) (m)	2.461.313	2.602.421	(12.155)	2.590.267

(l) Contrato de swap negociado em mercado balcão, registrados na B3, com vencimento em maio de 2028. (m) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos swaps é de R\$ 61.627 a pagar.

Hedge de Risco de Mercado - PRE X DI	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
CDB prefixados	1.714.839	1.843.760	8.784	1.852.544
Instrumento de Hedge				
Swap (n) (Ponta Ativa) (o)	1.752.500	1.883.514	8.903	1.892.417

(n) Contrato de swap negociado em mercado balcão, registrados na B3, com vencimento em janeiro de 2028. (o) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos swaps é de R\$ 3.261 a receber.

Hedge de Risco de Mercado - Peso Mexicano	31/12/2025			
	Valor de referência (MXN)	Valor de referência (R\$)	Presente (R\$)	Valor Justo
Objeto do Hedge				
Investimento (CETES)	383.496	111.022		118.168
Instrumento de Hedge				
NDF (p) (Ponta passiva) (q)	396.086	116.065		114.101

(p) NDF negociado em mercado balcão, registrado na B3, com vencimento em fevereiro de 2026. (q) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido do NDF é de R\$ 5.566 a receber.

Hedge de Risco de Mercado - DI x PRÉ	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
Investimento (ICO)	1.000.000	1.067.661	(112)	1.067.549
Instrumento de Hedge				
Swap (r) (Ponta Passiva) (s)	1.001.068	1.067.732	(53)	1.067.679

(r) Contrato de swap negociado em mercado balcão, registrados na B3, com vencimento em junho de 2026. (s) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos swaps é de R\$ 78 a pagar.

Hedge de Risco de Mercado - DI FUT x PRE (Compra)	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
Parcelas crédito Consignado (c)	4.818.641	4.900.444	(3.433)	4.897.011
Instrumento de Hedge				
Futuro DI (d)(s)	4.818.641	4.900.444	(3.367)	4.897.077

(c) O relacionamento dos hedges está formalizado em memorando, onde contemplam parcelas de contratos consignados com vencimentos dentro do vértice ou considerando sua duration, onde seus valores se aproximam do notional de cada vencimento do derivativo. (d) Contrato de DI futuro negociado em mercado balcão, registrados na B3, com vencimento em janeiro 2031. (s) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos DI é de R\$ 6.988 a receber.

Hedge de Risco de Mercado - PRE x DI FUT (Venda)	31/12/2025			
	Valor de referência	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor Justo
Objeto do Hedge				
CDB prefixados	451.132.481	457.136.366	397.446	457.533.811
Instrumento de Hedge				
Futuro DI (d)(s)	451.070.097	457.073.443	415.592	457.489.035

(d) Contrato de DI futuro negociado em mercado balcão, registrados na B3, com vencimento em julho de 2027. (s) Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente. O valor justo líquido dos DI é de R\$ 51 a pagar. Em maio de 2025, o Banco Agibank liquidou de forma antecipada instrumentos de hedge accounting para proteção de fluxos de caixa. Assim, o saldo de marcação a mercado do instrumento de hedge registrado no patrimônio líquido deve ser apropriado ao resultado, de acordo com o resultado do objeto de hedge. Até 31 de dezembro de 2025 foi apropriado no resultado o montante de R\$ 1.218 mil, já líquido de efeitos fiscais. O saldo bruto acumulado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.018 mil a pagar e será apropriado ao resultado até o ano de 2030. • Valor de referência: *Notional*. • Valor Presente: Valor calculado para fins de apresentação a partir do valor total do principal da data de início até a data de referência da demonstração financeira. • Valor Justo: O método de apuração do valor justo, utilizado pelo Banco, consiste em determinar o valor futuro com base nas condições das operações contratadas, e em seguida o valor presente com base nas curvas de mercado vigentes, divulgadas pela B3. • Ajuste a Valor de Mercado: variação do valor justo (marcação à mercado (-) curva) do instrumento e/ou objeto de hedge.

5. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025
Depósitos de clientes à vista	347.763
Depósitos de clientes a prazo	22.265.309
Depósitos interfinanceiros	93.800
Empréstimos no exterior	667.089
Relações Interfinanceiras	78.774
Recursos de aceites e emissão de títulos	6.170.529
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (nota 24)	759.339
Carteira própria de captações no mercado	3.251.446
Total	33.634.049

Os saldos de depósitos a prazo e depósitos interfinanceiros são compostos, principalmente, por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) e por Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas. Os recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares referem-se à Letra Financeira (LF) e à Letra Financeira Pública (LFP), indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas. As taxas prefixadas variam de 6,71% a 16,50% ao ano, e as taxas pós-fixadas variam de (i) 99,65% a 132% do DI, (ii) IPCA + 0,75% a 9,60% ao ano e (iii) DI + 0,05% a 2,95% ao ano. Os instrumentos de dívida elegíveis a capital refere-se à Letra Financeira Subordinada (LFS) com remuneração a taxa de DI + 2,85% a 4% e pré-fixada de 10,50% a 17,57% ao ano. Apresentamos a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	31/12/2025			
	Menor que 3 meses	3 - 12 meses	Maior que 12 meses	Total
Depósitos de clientes à vista	347.763	-	-	347.763
Depósitos de clientes a prazo	1.846.900	7.075.079	13.343.330	22.265.309
Depósitos interfinanceiros	10.610	-	83.190	93.800
Empréstimos no exterior	-	211.902	455.187	667.089
Relações Interfinanceiras	78.774	-	-	78.774

	31/12/2025			
	Menor que 3 meses	3 - 12 meses	Maior que 12 meses	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.305	1.878.050	4.291.174	6.170.529
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (nota 25)	-	35.200	724.139	759.339
Carteira própria de captações no mercado	-	-	3.251.446	3.251.446
Total	2.285.352	9.193.002	22.155.695	33.634.049

6. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

	31/12/2025
Provisão para IRPJ e CSLL	106.121
Impostos e contribuições sobre serviços	1.586
Impostos e contribuições sobre salários	3.784
PIS a recolher	2.824
COFINS a recolher	17.499
IRRF sobre juros de capital próprio	8.036
Outros	161
Total	140.011
Circulante	140.011
Não circulante	-

7. PROVISÕES PARA PASSIVOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

O Banco possui provisões para passivos de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registradas na rubrica "Provisões para passivos cíveis, fiscais e trabalhistas" e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2025
Trabalhista	Provável	61.018
Cível	Provável	217.368

A movimentação da provisão para passivos cíveis, fiscais e trabalhistas é como segue:

	31/12/2025
Saldo inicial	273.475
(Reversão)/constituição de provisão	167.459
Baixa por pagamento	(162.548)
Saldo final	278.386

As ações cíveis são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a probabilidade de perda. A avaliação dessa probabilidade é realizada por meio de um modelo estatístico que considera as informações relacionadas a cada processo individualmente. Nas estimativas, são consideradas as médias históricas de perda (probabilidade e impacto), permitindo a projeção de perdas futuras com base na similaridade das características dos processos. As ações trabalhistas são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a fase processual e o histórico de perdas. Para as ações em fase de audiência, os valores provisionados correspondem à média de condenação dos últimos doze meses; para as ações em fase recursal ou de liquidação, a provisão corresponde à estimativa de perda calculada por especialistas. Adicionalmente, o Banco constitui provisão para as ações trabalhistas nas quais figura como polo passivo, mesmo que o vínculo empregatício do reclamante seja com outra empresa do grupo. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco Agibank S.A.. As ações fiscais são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a análise dos advogados externos patrocinadores das ações. Os depósitos judiciais relacionados às ações apresentadas acima no Banco totalizam R\$76.468, em 31 de dezembro de 2025, e encontram-se registrados na rubrica de "Outros ativos financeiros - Devedores por depósitos em garantia" (nota 7). Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui um processo cível com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 62.142. Nessa mesma data, o Banco era parte passiva em 166 processos trabalhistas com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 12.773 e em 5 processos de natureza tributária com probabilidade de perda possível no montante de R\$19.407. Os processos de natureza tributária correspondem aos processos administrativos: (i) processo 13370-720.869/2020-60 no valor de R\$ 16.977, referente à cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos pela empresa Agipar Holding S.A., incorporada pelo Banco em 2018, em decorrência da exclusão de receita de indenização apurada pela variação entre ativos e passivos entre a data do laudo de avaliação e a data da aprovação do processo de compra e venda do Banco Gerador; (ii) processos 15746.720.042/2022-38, 15746.722.819/2021-18 e 15746.720972/2022-91, totalizando o valor de R\$431, referentes a auto de infração por não cumprimento de requisição de informações de clientes no prazo original. Os pedidos de impugnação encontram-se sob análise da Receita Federal do Brasil; e, (iii) processo 13868.726.104/2024-75 no valor de R\$ 1.999, referente a supostas inconsistências na apresentação de obrigações acessórias.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social do Banco, no valor de R\$2.300.048, é composto por 832.840.954 ações ordinárias e pertence inteiramente a acionista domiciliado no país. Em 31 de dezembro de 2025, mantinha registrado o montante redutor de R\$18.069, referente a custos na emissão de ações, líquido dos efeitos tributários. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2024, foi aprovado o aumento do capital do Banco no montante de R\$95.225, mediante a capitalização parcial dos juros sobre capital próprio a pagar, e emissão de 25.461.362 ações ordinárias. Esse processo foi aprovado pelo BACEN em 08 de janeiro de 2025. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2024, foi aprovado o aumento do capital do Banco no montante de R\$651.706, mediante a capitalização de reservas, sem a emissão de ações. Esse processo foi aprovado pelo BACEN em 09 de janeiro de 2025. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento do capital

...continuação

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos			
	Banco		
	2º Semestre	31/12/2025	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	363.705	1.064.276	
(-) Participações no resultado	7.199	-	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	370.904	1.064.276	
Imposto de renda à alíquota de 15%	(55.635)	(159.641)	
Imposto de renda à alíquota de 10% sobre adicional	(37.090)	(106.428)	
Contribuição social à alíquota de 15% e 20%	(74.181)	(212.855)	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(166.906)	(478.924)	
Efeito sobre juros s/o capital próprio	60.081	106.796	
Equivalência patrimonial	116.782	320.335	
Adições/exclusões - permanentes	2.931	1.699	
Incentivos fiscais (PAT, Doações)	5.084	6.918	
Outros	54.358	70.891	
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	72.330	27.715	
	2º Semestre	31/12/2025	
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social	(290.647)	(353.478)	
Impostos diferidos:			
Adições/exclusões temporárias	362.977	381.193	
Total de imposto de renda e contribuição social no semestre/exercício	72.330	27.715	

b) **Créditos tributários:** Em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários líquidos apresentaram as seguintes movimentações:

	31/12/2025
(=) Saldo no início do exercício	423.766
Crédito tributário - operações de hedge registradas no patrimônio líquido	(106.867)
Constituição de crédito tributário	1.336.331
Realização de crédito tributário	(546.484)
(=) Saldo no fim do exercício	1.106.746

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Adições	Exclusões	31/12/2025
Diferenças Temporárias				
Provisões Para Perdas Esperadas				
Associadas ao Risco de Crédito	309.002	1.096.881	(323.430)	1.082.453
Provisões Para Diferenças Temporárias - Outras ¹	157.781	239.450	(223.054)	174.177
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	(43.017)	86.198	(193.065)	(149.884)
Total do Ativo e Passivo Diferido	423.766	1.422.529	(739.549)	1.106.746

(a) A linha de "Provisões Para Diferenças Temporárias - Outras" é composta majoritariamente por Provisões Trabalhistas (R\$ 27.458.108) e Provisões Cíveis (R\$ 97.815.586). O saldo líquido do crédito tributário do Banco, em 31 de dezembro de 2025, é decorrente de diferenças temporárias ativas no montante de R\$ 1.256.630 e diferenças temporárias passivas no valor de R\$ 149.884. A expectativa de realização das diferenças temporárias está suportada em estudos técnicos e projeções elaborados pela Administração, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização das diferenças temporárias ativas está apresentada a seguir:

	31/12/2025
Ano 1	308.346
Ano 2	219.235
Ano 3	156.987
Ano 4	130.150
Ano 5	109.859
Ano 6 a 10	182.170
Total	1.106.747

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$967.954 para o Banco, calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da companhia e indicadores econômico-financeiros.

BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos é considerado pelo Banco Agibank um instrumento estratégico fundamental, realizado por unidade independente de gestão de riscos, baseado nas melhores práticas de mercado, com o objetivo de garantir que os riscos aos quais a Instituição está exposta sejam administrados de acordo com o apetite ao risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. O monitoramento é realizado por meio de relatórios diários entregues à Diretoria e principais lideranças com comentários de desempenho e demonstrativos de exposição em relação aos limites estabelecidos institucionalmente, sempre primando pela proatividade na gestão destes. (a) Risco de crédito: refere-se à possibilidade de perdas decorrente do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Diariamente a área de gestão de riscos realiza testes de estresse da carteira de crédito, medindo os impactos do aumento da inadimplência nos resultados da empresa e nos demais indicadores de riscos. (b) Risco de mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos índices, dos preços de ações e dos preços de mercadorias. O controle de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos padronizados e também instituídos em políticas corporativas. A alocação dos recursos disponíveis do Banco é feita sempre visando mitigar a exposição ao risco de mercado. (c) Risco de liquidez: possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O monitoramento do risco de liquidez é realizado diariamente com base em indicadores estabelecidos em política, fluxo de caixa e cenários de estresse. (d) Risco operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A avaliação dos riscos operacionais é realizada de forma a garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os assuntos relacionados ao risco operacional são reportados mediante relatórios mensais à Alta Administração e relatórios específicos aos gestores das áreas.

12. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A avaliação da necessidade de capital é feita com base no planejamento estratégico do Agibank, instrumentalizada no orçamento econômico financeiro, que tem por premissas: a projeção do crescimento dos ativos, baseado na estimativa de oferta de crédito; estimativa de inadimplência, cobrança; projeção dos passivos necessários para a manutenção sustentável da liquidez dada a necessidade de crescimento dos ativos, quais sejam quantidade de colaboradores, nível de tecnologia e, também das receitas e despesas, sejam elas operacionais ou administrativas, que ocorrerão dada a evolução esperada para a operação. O Índice de Basileia Amplo do fechamento dos últimos períodos reflete a adequação do capital aos objetivos citados.

Suficiência de Capital (R\$ mil)	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	3.876.865
Patrimônio de Referência Nível I	3.549.410
Capital Principal	3.320.568
Capital Complementar	228.842
Patrimônio de Referência Nível II	327.455
Ativos Ponderado pelo Risco (RWA)	25.008.421
Parcela de risco de crédito (RWAcpad)	22.483.368
Parcela de risco de mercado (RWAmpad)	227.428
Parcela de risco de operacional (RWAopad)	2.297.625
Risco Banking (RBAN)	699.475
Exposição Total	48.936.525
Índice de Basileia (PR/RWA)	15,50%
Índice de Basileia (PR/RWA+RBAN)	15,08%
Razão de Alavancagem	7,25%
O nível mínimo para o Índice de Basileia exigido pela regulação em vigor é de 10,5%, de acordo com a Resolução CMN nº 4.958. O Banco, em dezembro de 2025, conta com uma margem de capital de 4,58%.	
Composição do Patrimônio de Referência (R\$ mil)	31/12/2025
Patrimônio líquido	5.277.257
Ajustes Prudenciais Negativos do Capital Principal	(2.193.063)
Ajustes Prudenciais Positivos do Capital Principal	236.374
Capital Principal	3.320.568
Capital Complementar	228.842

Composição do Patrimônio de Referência (R\$ mil)

Nível I	3.549.410
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	327.455
Nível II	327.455
Patrimônio de Referência	3.876.865

Instrumento	Principal	Emissão	Vencimento	Remuneração	31/12/2025
LF Subordinada	20.000	abr/20	abr/26	10,50%	35.200
LF Subordinada	15.000	nov/21	nov/27	CDI + 4%	28.680
LF Subordinada	300	mai/22	jun/29	16,85%	523
LF Subordinada	2.900	mai/22	mai/29	CDI + 4%	5.166
LF Subordinada	39.300	mai/22	mai/29	16,43% a 16,69%	67.971
LF Subordinada	900	jun/22	jun/29	CDI + 4%	1.587
LF Subordinada	600	jun/22	jun/29	17,33% a 17,57%	1.058
LF Subordinada	10.200	jun/22	jun/29	16,97% a 17,41%	17.800
LF Subordinada	1.500	jun/22	jul/29	17,33% a 17,57%	2.627
LF Subordinada	92.700	jul/22	jul/29	CDI + 4%	161.666
LF Subordinada	58.200	jul/22	jul/29	17,33% a 17,57%	101.753
LF Subordinada	1.200	jul/22	jul/29	16,97% a 17,41%	2.095
LF Subordinada	99.900	mar/24	mar/34	CDI + 2,85%	104.372
Total	342.700				530.497

O Capital de Nível II do Agibank é composto por operações de Letras Financeiras Subordinadas, totalizando um principal de R\$342.700 e saldo atual de R\$530.497. Não há previsão de recompra antecipada dessas operações.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em dezembro de 2025, o INSS anunciou a suspensão cautelar de novas consignações de empréstimos em folha de pagamento nos termos do ACT nº 106/2025 (Banco Agibank) e do ACT nº 221/2025 (Agi Financeira), após uma auditoria da CGU. A suspensão foi revogada em 12 de janeiro de 2026, após um acordo com o INSS que restabeleceu plenamente a capacidade de processar novas consignações de empréstimos em folha, sujeito a obrigações e supervisão de conformidade reforçadas. Nos termos do acordo, a empresa concordou, entre outras medidas, em fortalecer os controles, revisar transações passadas, efetuar os reembolsos aplicáveis e pagar um valor compensatório de R\$ 1,0 milhão. O descumprimento poderá resultar em novas suspensões, penalidades e outras medidas administrativas. Em 10 de fevereiro de 2026, a AGI Inc., controladora do Grupo, concluiu sua oferta pública inicial de ações (Initial Public Offering - IPO) no mercado internacional, com a participação de instituições financeiras que atuaram como coordenadoras da oferta. A oferta foi realizada no nível da controladora e, portanto, não resultou em emissão de ações pela Companhia nem em alterações diretas em sua estrutura de capital. Dessa forma, não houve impactos diretos nas demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles decorrentes de sua condição de subsidiária da AGI Inc. Em março de 2026, o Agibank lançou a Agibank Asset Management Ltda. ("Agi Asset"), uma nova vertical de negócios focada em gestão de recursos (*asset management*) e produtos de crédito privado. A iniciativa marca o início da expansão do Banco para atividades de banco de atacado, avançando sua expertise em crédito para estruturar Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e promover o acesso de empresas ao mercado de capitais. Sediada em São Paulo, a Agi Asset aplica tecnologia avançada e inteligência artificial para aumentar a eficiência da análise de crédito e será liderada por Luiz Locchi de Oliveira Ribeiro, executivo experiente com mais de 20 anos de trajetória em gestão de ativos e *private banking*.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marciano Testa - Presidente do Conselho de Administração
Ademir Cossiello - Conselheiro
Aod Cunha de Moraes Junior - Conselheiro
Gabriel Felzenszwalb - Conselheiro
Daniel Keprel Goldberg - Conselheiro

DIRETORIA

Glauber Marques Correa - CEO
Lucas Araújo de Aguiar - Diretor de Gente e Governança
Marcelo Winik Dubeux - Diretoria Financeiro e de Relações com Investidores
Vinicius Birkeland Aloe - Diretor de Tecnologia
Matheus Girardi - Diretor de Clientes
Daniel Antonio Pires - Diretoria de Crédito e Data
Daniel Monteiro de Farias - Diretor de Produtos
Rafael de Oliveira Moraes - Diretor de Riscos e Controladoria

CONTADOR

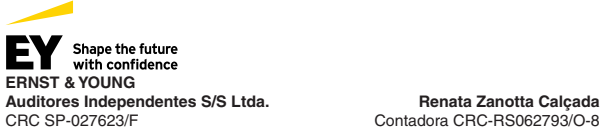
Nicholas Morelli Faleiros CRC-SP 350.584/O-8
--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras preparadas pela diretoria do Banco. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às provisões, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 5.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ambiente de tecnologia da informação:** O Banco é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Nesse sentido, as operações do Banco, em razão do alto volume de transações e complexidade, são altamente dependentes do funcionamento adequado da estrutura de tecnologia da informação de seus sistemas. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Como nossa auditoria tratou o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da equipe de tecnologia da informação nos testes dos controles gerais de tecnologia da informação, com ênfase aos processos de gestão de mudanças nas aplicações e concessão de acessos a usuários aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, incluindo os controles automatizados desses sistemas. Também realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ambiente de tecnologia, que estão consistentes com a avaliação da diretoria do Banco, consideramos que os controles gerais de tecnologia sobre os sistemas relevantes do Banco e as rotinas contábeis consideradas relevantes operam de forma aceitável, especialmente no processamento de informações contábeis consideradas relevantes para as demonstrações financeiras como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de março de 2026.



EY Shape the future with confidence
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
 Renata Zanotta Calçada
 Contadora CRC-RO62793/O-8



TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO
 DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.
 ESTADÃO RI
 Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.
 CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442
 broadcast
 ESTADÃO